

AGRICULTURA URBANA EM PORTO ALEGRE: DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NO ESPAÇO LOCAL

RESUMO

O objetivo do trabalho foi expor a Agricultura Urbana do município de Porto Alegre-RS focando sua dinâmica socioeconômica no espaço local. A metodologia utilizada foi à análise descritiva com abordagem qualitativa. A amostra foi aleatória e intencional por abarcar somente indivíduos que vivem nos limites urbanos e apresentam práticas agrárias. Os resultados encontrados na capital gaúcha demonstram algumas problemáticas no tocante à delimitação do espaço urbano e o rural, o que faz com que muitos espaços delimitados como urbanos apresentem configurações notavelmente rurais. Foram observadas nas áreas diferenciações em função do tamanho da propriedade e da localização. Contudo, os aspectos mais marcantes que impactam a produção local foram basicamente os mercados e a especulação imobiliária. Por fim, concluiu-se que a atividade possui relevância no contexto municipal, mas enfrenta dificuldades oriundas da disputa pelo espaço que pode acabar levando produções à extinção ou ao deslocamento para outras áreas.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Porto Alegre; Atividade Produtiva; Produção Agrária no Espaço Urbano.

RESUMEN

El objetivo del trabajo fue exponer la Agricultura Urbana de Porto Alegre-RS centrándose en sus dinámicas socio-económicas. La metodología utilizada fue análisis descriptivo con abordaje cualitativo. La muestra fue aleatoria e intencional enganchando solamente personas que viven en los límites urbanos y tienen prácticas agrícolas. Los resultados encontrados demuestran algunos problemas cuanto a la delimitación del espacio urbano y rural, lo que hace que muchos espacios definidos como urbanos son en la realidad notablemente espacios de contornos rurales. Se observaron en las áreas diferenciaciones en función del tamaño de la propiedad y la ubicación. Sin embargo, los aspectos más llamativos que impactan la producción local son básicamente los mercados y la especulación inmobiliaria. Por último, se concluyó que la actividad es relevante, pero se enfrentan dificultades derivadas de la disputa por el espacio que puede conducir a la extinción de la producción o cambiar la misma a otras áreas.

Palabras-clave: Agricultura Urbana; Porto Alegre; Actividad Productiva; Producción agrícola en el espacio urbano.

ABSTRACT

The aim of this work was to expose the Urban Agriculture of Porto Alegre-RS, focusing on the socio-economical dynamics in the local space. The methodology used was the descriptive analysis with a qualitative approach. The sample was random and intentional, encompassing only individuals living in the urban limits that present agrarian practices. The results obtained in the Rio Grande do Sul State Capital showed some issues related to the urban and rural space delimitation, making several of the spaces delimited as urban to present rural configurations. Differentiations related to the size and location of the properties were also observed. Nevertheless, the most striking aspects impacting the local productions were the markets and the real state speculations. Finally, we concluded that the activity has relevancy in the municipal context, but faces difficulties related to the struggle for space, which can lead these productions to extinction or move them to other areas.

Key-Words: Urban Agriculture; Porto Alegre; Productive Activity; Agricultural production in the Urban Space.

Elvis Albert Robe Wandscheer
elvishz@yahoo.com.br
Doutorando em Geografia pela
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul – UFRGS

Rosa Maria Vieira Medeiros
rmvmedeiros@yahoo.com.br
Profa. Dra. Da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul -
UFRGS

INTRODUÇÃO

O termo Agricultura Urbana envolve uma série de elementos e aspectos que não se limitam a organização externa e tampouco cessa nos limites físicos da produção. Essas produções agrárias em espaços pertencentes à cidade são denominadas de Agricultura Urbana ou Periurbana (AUP). Esta atividade costuma ser apresentada da seguinte forma:

[...] um conceito **multi dimensional** que inclui a **produção**, a **transformação** e a **prestação de serviços**, de forma segura, para gerar **produtos agrícolas** (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e **pecuários** (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao **auto consumo, trocas e doações** ou **comercialização, (re) aproveitando-se**, de forma eficiente e sustentável, os **recursos e insumos locais** (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU e LOVO, 2007, p. 11).

299

Inicialmente é importante compreender que o substantivo agricultura já não carrega o mesmo sentido que fora utilizado desde sua origem, ou seja, reportando-se unicamente a espaços tipicamente rurais. Esses espaços apresentam equipamentos urbanos comumente escassos, onde as ofertas dos mesmos apresentam maior problemática em sua funcionalidade (seja pelos quesitos qualitativos - da forma de oferta, ou quantitativos - em sua distribuição) ou mesmo inexistindo em determinados produtos e serviços.

As mudanças destas concepções se expõe no mundo contemporâneo como uma situação de transição, que altera essa forma de conceber o espaço e se materializa como um processo ainda não findado, uma vez que as transformações são dinâmicas e constantes. Nessa concepção, observa-se que a relação urbano-rural é permeada por elementos que se inter-relacionam diretamente. É bem verdade que o debate acerca dessa relação aparece frequentemente a luz de implicações que incidem sobre o campo, sob as quais a pluriatividade e a mudança na no âmbito das matrizes produtivas, por exemplo, se constituem enquanto tópicos proeminentes.

Porém, é necessário considerar que os processos que imbricam atividades e ocupações na relação campo-cidade ocorrem também no âmbito urbano. Para tanto, um dos maiores exemplos dessa realidade materializada é a Agricultura Urbana, onde persistem, transformam-se ou então renascem cultivos agrícolas anteriormente observados apenas nos núcleos rurais.

Concomitante a esta relação, existem as perspectivas nas quais se visualiza uma excessiva crença na expansão material física e cultural da urbanização, no caso brasileiro, conforme Veiga (2003, p. 31): “O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar [...] Este País considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características”.

Neste sentido, observar o espaço rural unicamente como local de produção agropecuária, ou então, o urbano como sede de habitantes que se ocupam unicamente com os setores secundário ou terciário, não condizem com realidades contemporâneas. No contexto de tal realidade, um elemento que permeia debates ao encontro das diversidades destes espaços consiste na prática da Agricultura Urbana. Conforme a

United Nations Development Programme (UNDP) destaca a relevância desta atividade da seguinte forma:

Urban agriculture contributes significantly to the socio-economic development of towns and cities throughout the world. In several economies, particularly developing ones, it is one of the largest urban productive industries. In low-income cities, it is a prime generator of jobs (UNDP, 1996, p. 3-4)¹.

300

As práticas agrárias, portanto, não são vinculadas a debates locais ou mesmo nacionais, ocorrem em diversas partes do mundo e não precisam estar vinculados a políticas públicas nem tampouco a organizações locais específicas. É dessa forma que o fenômeno da Agricultura Urbana se constitui como manifestações complexas, permeado de diversidades desde a sua potencialidade de aglutinar coletivos como se observa em hortas, ou então, em produções individuais como no caso de feirantes que residem no espaço urbano. Um fato que marca a atividade é a proximidade entre produtor e consumidor, distâncias percorridas pelos produtos da colheita ao prato e a redução de perdas que muitas vezes se observa na agricultura rural.

Destarte, o objetivo do trabalho foi expor a Agricultura Urbana em Porto Alegre-RS focando sua dinâmica socioeconômica no espaço local. A opção pelo município de Porto Alegre no extremo sul do Brasil se deu em função da diversidade de situações produtivas existentes no local. Essas informações foram obtidas junto a trabalho anteriores que permitiram uma noção prévia de possibilidades de análise e reflexão em torno da temática em questão.

PERCURSOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA

Visando atender ao objetivo proposto pela pesquisa, a abordagem metodológica partiu da definição do método de análise dedutivo. Particularmente quanto ao método dedutivo: “A premissa maior é uma afirmação universal indiscutivelmente aceita por todos. A premissa menor é um caso particular da premissa maior [...] (ALMEIDA, 1989, p.17)”.

Com base nessa premissa, procurou-se alcançar os objetivos propostos tendo como fim as realidades locais e como fundamento das análises em questão à abordagem do geral para o particular (da totalidade das atividades e ações para as especificidades), das idéias para os fatos (dos ideários para a realidade em sua essência) e das generalizações para a observação in loco do fenômeno estudado (ampliação da escala da análise visando às peculiaridades) em sua manifestação nos espaços focados na presente pesquisa.

A área escolhida para a pesquisa (Figura 1) foi o município de Porto Alegre-RS (área de 496,684 km²) que tem uma população de 1.409.351, situada 100% em solo urbano (IBGE, 2010).

¹ A agricultura urbana contribui significativamente para o desenvolvimento sócio-econômico de centros e cidades ao longo do mundo. Em muitas economias, particularmente naquelas em desenvolvimento, a mesma é uma das maiores indústrias urbanas produtivas. Em cidades menores (mais pobres?), é um importante gerador de empregos. (TRADUÇÃO DOS AUTORES).

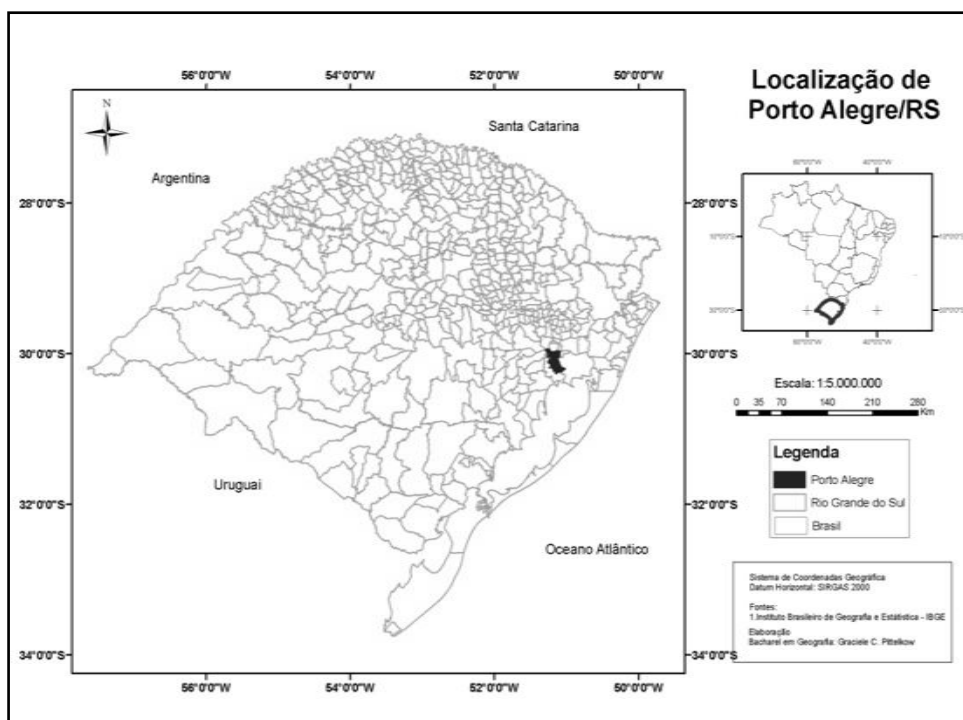


Figura 2: Porto Alegre no Mapa do Estado do Rio Grande do Sul

Primeiramente foi feita uma etapa de levantamento de dados, informações e pesquisas realizadas anteriormente em Porto Alegre, assim como em outros referenciais da temática (Agricultura Urbana); os mesmos foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, e Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional-SESAN. Além destes órgãos, foram consultadas outras fontes acadêmicas como monografias e dissertações juntamente com livros e artigos científicos. Posteriormente foram coletadas informações via trabalho de campo no Município fazendo uso do método qualitativo.

Os instrumentos qualitativos foram aplicados por meio de observação não participativa e entrevistas semi-estruturadas junto a 31 produtores e dois caseiros/jardineiros nos espaços urbanos. A coleta de dados em Porto Alegre se deu nos meses de Dezembro de 2012 a Fevereiro de 2013. O conteúdo abordado nas entrevistas envolveu abordagem sobre fatos referentes à realidade observada e vivenciada na agricultura urbana do Município e outras que envolvem opiniões, atitudes e preferências. Neste último caso: “Este conjunto de questões tão heteróclito, têm em comum o fato de tratarem pontos impossíveis de conhecer de outra forma [...] (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p.114)”.

Assim, as entrevistas bem como a observação não participativa procuraram

[...] atender principalmente finalidades exploratórias [...] utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante (BONI e QUARESMA, 2005, p. 74).

A aplicação da entrevista contou com uma amostragem do tipo não-probabilística. Este tipo de amostra consiste em acidental e intencional, no caso da presente pesquisa foi utilizada a amostra intencional que “[...] consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas [...] O critério da escolha, neste tipo de amostra, é a razão e não o aleatório, mas a razão é fundada nos critérios pré-estabelecidos. (ALMEIDA, 1989, p. 87)”. No caso da presente pesquisa utilizou-se a amostra aleatória e intencional, por abarcar tão somente indivíduos que vivem nos limites urbanos e tem práticas agrárias neste espaço, porém, contou apenas com os atores encontrados nos espaços produtivos quando da visita *in loco*.

A observação, nessa pesquisa, cumpriu papel de conjugar-se a outras técnicas de coleta de dados à medida que a mesma é:

[...] a base de toda investigação no campo social, podendo ser utilizada em trabalho científico de qualquer nível, desde os mais simples estágios até os mais avançados [...] A observação apresenta muitas nuances em face a sua flexibilidade, pois seu objeto de estudo, bem como o objetivo da pesquisa que o utiliza, determina seu tipo e sua metodologia [...] (RICHARDSON, 1999, p. 259).

O tipo de observação a ser empregada foi a não participante, sendo que:

Nesse tipo de observação o investigador não toma parte nos conhecimentos objeto de estudo como se fosse membro do grupo observado, mas apenas atua como espectador atento. Baseado nos objetivos da pesquisa, e por meio de seu roteiro de observação, ele procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessa ao seu trabalho [...] (RICHARDSON, 1999, p. 260).

Conforme sugerido por Richardson, a observação não participante foi utilizada buscando registrar o máximo de fatos e ocorrências, os quais não poderiam ser obtidos apenas por meio de entrevistas. No geral, tais dados caracterizam-se como elementos não previstos/considerados previamente no momento da elaboração dos instrumentos de pesquisa, sobretudo às peculiaridades do fenômeno, bem como dos locais de sua aplicação.

O delineamento da análise da pesquisa caracterizou-se como analítico-descritivo, de forma que as estratégias de pesquisa traçadas tiveram atuações paralelas ao longo do estudo. O estudo descritivo possibilitou: “[...] objetivos mais precisos e explícitos em relação aos fatos observados. Descreve mais claramente as características de uma situação ou de um grupo de indivíduos [...] (ALMEIDA, 1989, p. 71)”. O estudo analítico, por sua vez, procurará estabelecer e analisar relações entre as variáveis, baseando-se sobre fatos e tendo como ponto de partida as relações que proporcionarão posteriormente explicações acerca de determinados fenômenos em particular (ALMEIDA, 1989); como por exemplo, a temática da agricultura urbana desenvolvida no espaço urbano.

Por fim, a análise consistiu na transcrição das informações coletadas nas entrevistas, fazendo-se uso da análise de conteúdo. “As diversas definições coincidem em que a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência (RICHARDSON, 1999, p. 223)”. Ao encontro desta assertiva:

[...] no caso da análise de entrevista, a questão mais importante parece ser “o quê?”. Nesta situação particular, “o quê” fornece, em princípio e desde logo, a possibilidade de responder a todas as outras perguntas. Sabemos “quem” falou e “a quem”. O “como” e “para que fim” parecem ser menos bem definidos, mas acabam por ser relativamente claros: o sujeito fala porque nós lhe pedimos e a resposta ao “como?” encontra-se no seu próprio discurso (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p. 184).

As categorias de análise cumpriram os requisitos de homogeneidade (por critérios de classificação), exaustividade (alcançar a totalidade do texto), exclusão (elementos pertencentes a apenas uma categoria) e objetividade (RICHARDSON, 1999), visando registrar, codificar e sistematizar as informações das entrevistas com maior facilidade.

Após a conclusão dessa etapa foi possível analisar e interpretadas às informações, procurando compreender a atividade agrícola urbana no Município bem como os fenômenos correlatos a mesma.

AGRICULTURA URBANA (AU)

Para além das compreensões de urbano e rural, muitas cidades tem apresentado a característica de estruturar iniciativas e inovações ou ainda preservar no núcleo urbano porções produtivas. No bojo desse debate cabe ressaltar que:

Por agricultura, *latu sensu*, entende-se a soma de tarefas capazes de transformar o meio natural no sentido de produzir matérias vegetais e de criar animais úteis ao homem. Nesta conformidade, a agricultura urbana denomina o conjunto de atividades de produção animal e vegetal exercidas em meio urbano, visto como espaço abrangente que inclui áreas intersticiais não construídas e superfícies periurbanas (MADALENO, 2002, p. 7).

Considerando uma manifestação dos “enlaces” entre urbano e rural, o elemento central que anteriormente os diferia, atualmente também apreendido enquanto forma de aproximação/inserção, faz com que seja necessário avançar nas definições que norteiam a temática da AU. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) apresenta da seguinte forma a Agricultura Urbana:

A produção e/ou transformação de forma inócua de produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, plantas ornamentais, espécies florestais etc.) e pecuários (animais menores e maiores) nas áreas intra e periurbanas das cidades, para autoconsumo ou comercialização, aproveitando recursos, insumos e serviços urbanos (solo, água, resíduos, mão de obra, etc.) (FAO, 2009).

Como um dos maiores debates dentro deste tema, costuma figurar a qualidade de produção dos alimentos, oferecendo, assim, alternativa concreta a populações de baixa renda e também é marcada pelos potenciais nutricionais que oferece, seja com ofertas alimentares diárias ou como contribuição complementar as refeições.

Dentro de este contexto, se justifica la práctica de la agricultura urbana (AU) como una actividad que promueve la producción de alimentos frescos, saludables y a bajo costo, impactando directamente en los hábitos de consumo de la población por el incremento en la variedad y disponibilidad,

como en el ahorro por la no compra de alimentos (IZQUIERDO; GRANADOS, 2009, p.42).

A AU pode ainda estender-se como ganhos de capital, mas esta característica não costuma ser tão enfatizada, pois na maioria das vezes é:

[...] realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno (peri-urbana) [...] Difere da agricultura tradicional (rural) em vários aspectos: Inicialmente, a área disponível para o cultivo é muito restrita na agricultura urbana. Além disso, há escassez de conhecimentos técnicos por parte dos agentes/produtores diretamente envolvidos; frequentemente não há possibilidade de dedicação exclusiva à atividade; a atividade destina-se, normalmente, para utilização ou consumo próprio; há grande diversidade de cultivos; e a finalidade da atividade é distinta [...] (ROESE, 2009, p. 1).

304

Dois outros aspectos também aparecem com frequência em textos sobre AU. São as possibilidades de reciclagem e a produção orgânica, este último observado na maioria das vezes da seguinte forma: “[...] importância da agricultura urbana enquanto fenômeno socioeconômico, caracterizando-se a opção por sistemas de produção com base na agroecologia como mais adequados à realidade dos agroecossistemas urbanos” (AQUINO e ASSIS, 2007, p. 148).

Curiosamente, sua expansão tem sido apresentada como mais intensa que a urbanização e se processando em espaços eminentemente diferenciados conforme apresenta Madaleno (2002, p. 7): “vem evoluindo mais rapidamente do que o próprio processo de urbanização [...] registram-se em meio urbano tanto nos países desenvolvidos como nos em via de desenvolvimento”.

Outro elemento importante na reflexão acerca da AU e sua realidade é a denominação feita sobre a mesma, pois em matizes teóricas diferenciadas, assim como em função da abordagem e tendências dos autores, observa-se uma diversidade de termos que denomina uma mesma atividade, ou seja, a Agricultura Urbana ou Agricultura Urbana e Periurbana, ambas terminologias mais utilizadas.

As variações terminológicas apontam para distinções que tem características diferenciadas, podendo se dar em função de critérios de dimensão, localização, abordagens técnico-científicas (como por exemplo, solos ou produção ecológica), aspectos políticos, ou ainda denominações que mesmo reconhecendo a existência da atividade agrícola e a sua localização em limites urbanos, o faz colocando em evidência o “mundo rural”, o modo de vida, ações e outras peculiaridades que acompanham as formas de reprodução individual e familiar.

As diferentes denominações utilizadas para as práticas que constituem a produção agrária em espaços urbanos demonstram diversidade e necessidade de enfoque que diretamente refletem percursos e metas dos diferentes autores, bem como as necessidades de sua pesquisa, demonstrando a necessidade de ampliação do leque de análise dada às circunstâncias e peculiaridades que envolvem características da composição da Agricultura Urbana. Conforme FAO (2009), os sistemas de produção mais frequentes, são:

[...] embora em muitos lugares eles possam estar integrados ou adaptados, sempre dependendo das condições locais: 1) Microagricultura no quintal da moradia ou perto dela, 2) Horticultura comunal/comunitária, 3) Agricultura urbana institucional, 4) Horticultura (semi) comercial de pequena escala, 5)

Criação de animais e produção aquática (semi) comercial de pequena escala, 6) Granjas multifuncionais e 7) Produção especializada de agricultura e silvicultura urbana.

Mais extenso como definição, o substantivo Agricultura Urbana e Periurbana efetua uma abordagem que traz consigo uma divisão entre as atividades produtivas mais centralizadas na cidade e as áreas mais periféricas. O seu emprego principalmente em municípios maiores e regiões metropolitanas costuma ocorrer principalmente em projetos de cunho político, planejamento e definições. A adjetivação “periurbana” em muitos casos não se expressa de forma necessária, pois espaços centrais em grandes cidades quando abarcam esta atividade se concretizam como pequenos espaços tais como pequenas hortas ou mesmo agricultura vertical.

Além disso, o termo periurbano em algumas situações traz consigo certo preconceito com áreas mais afastadas da área central urbana, locais onde costumam estar situados os casebres urbanos, muitas vezes nucleados em favelas. Nesse sentido, o presente trabalho optou pelo caminho da maior parcela dos estudos de Agricultura Urbana, que conforme Arruda (2011, p. 25) apresenta: “Poucos estudos realizando [...] diferenciação entre os locais intraurbanos e os periurbanos [...]” (ARRUDA, 2011, p. 25).

Assim, as ocorrências no campo socioeconômico do trabalho em questão tomará como base a conceituação mais ampla de Agricultura Urbana com vistas a situações nas quais não se pode afirmar categoricamente que todos os espaços urbanos das delimitações dos Municípios enfocados apresentam delimitações físicas claras de espaço urbano, de forma que não há uma necessidade maior de efetuar recortes específicos, mas sim averiguar manifestações muito mais pontuais que exibam sistemas de produção e suas realizações, bem como as modalidades produtivas materializadas nas produções.

A DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA URBANA

Enquanto atividade produtiva, a agricultura clássica sempre teve o claro e manifesto objetivo de gerar produtos que se converteriam em alimentação própria e da família e/ou renda que se materializa quando da comercialização de um montante produzido. É bem verdade que muitos estudos apontam a prática do cultivo urbano sem necessariamente cumprir com esses dois requisitos, mas a ausência de ambos é bastante rara e até mesmo pouco instigadora para os atores envolvidos.

A Agricultura Urbana surge em grande parte como resposta aos processos de modernização do campo (com hortigranjeiros principalmente), à urbanização dos municípios e à ampliação dos contingentes populacionais, seja por carência dos núcleos urbanos ou necessidades dos indivíduos. Assim, as condições necessárias tanto laborais quanto alimentares sofrem determinados déficits ou ao menos, reduções nas quantidades, sobretudo diante de uma população cada vez maior e mais urbana. Assim, observa-se que

[...] a modernização desintegra a economia e a sociedade [...] As vantagens locais para as atividades, o emprego, as elites e a população mudam em benefício do centro motor e desencadeiam poderosos movimentos [...] Aqueles que não encontram trabalho no setor moderno refugiam-se, então, no circuito inferior da economia urbana. (LOEBENS, 2009, p. 31).

Em relação à produção agrícola no âmbito urbano, como fonte de renda pode-se enfatizar que “o número limitado de estudos que relacionam a análise econômica da Agricultura Urbana, consistindo normalmente em textos e artigos que fazem breve menção da geração de renda através da atividade sem dar informações detalhadas” [...] (DANSO et al (2003) *apud* ARRUDA, 2011, p. 60). Se soma a essa problemática visualizada nas literaturas a brevidade do tempo analisado e a não ponderação sobre os custos da efetivação do plantio, o que por muitas vezes é explicado também pela relativa atualidade dos estudos nessa área, principalmente no que tange a abordagens de cunho econômico.

Uma situação que é bastante corriqueira em relação à situação econômica das produções urbanas está ligada às dificuldades enfrentadas para a efetivação da atividade agrícola no espaço urbano, ou seja, a dificuldade de acesso a terra, pois a maior parcela do solo é empregada para habitação ou outros equipamentos urbanos, restando pouco a ser destinado para a produção. Assim, inevitavelmente os custos da área se elevam pela escassez e os valores de aquisição e/ou aluguel praticamente inviabiliza a prática, tanto que praticamente não se observa essa situação na atividade.

Assim, ocorre que a mesma se dá em áreas privadas ou espaços públicos cedidos, quando muito pode ainda ocorrer em espaços temporários ocupados, cedidos momentaneamente num curto prazo. Os casos de cessão geralmente se dão para uso comunitário, vindo na maioria das vezes a ser realocado posteriormente para outras finalidades dependentes das exigências do mundo urbano de determinado momento para aquela parcela do território. Nesses casos a atividade se extingue ou migra para outra área, não raro, retorna ao “berço”, ou seja, o espaço rural. Além disso, Arruda (2011, p. 60) aponta que “outras famílias realizam a Agricultura Urbana somente temporariamente, por exemplo, durante determinados períodos do ano ou durante períodos de crise”.

A situação positiva que surge em contrapartida aos impactos negativos supracitados são as vantagens proporcionadas pela relação do “[...] papel do tempo, em função do qual os *elementos* se tornam *variáveis*, assim como se omite a importância das relações que os elementos mantêm em cada porção do espaço. A distância-tempo, como a distância-preço e como o próprio preço, varia em função destas relações” (SANTOS, 2007, p. 112-113).

No caso de produções agrícolas com alta perecibilidade, os ganhos se elevam dada a quase inexistência de perda pelas curtas distâncias percorridas e ainda em relação a perdas, raras são às vezes em que os produtos não são comercializados, pois a maior parte dos mercados já se encontra estabelecido e até carecendo de maiores montantes de produtos agrícolas.

As articulações sociais na Agricultura Urbana perpassa a simples esfera organizacional, uma vez que a mesma se concretiza em determinados espaços com diversos fins. Cultivos menores tais quais hortas e acanhadas plantações podem se fazer presentes como estratégia de ocupação, hobby ou manejo de manutenção da “limpeza” da terra (evitando as ervas daninhas do solo), materializando o produto apenas como uma benesse esporádica e bastante comedida. Já situações de cultivos maiores podem levar consigo noções de maior produtividade e abarcar fins ocupacionais que não apenas impactam em maior carga horária dedicada, mas também, maiores expectativas e número de indivíduos se debruçando sobre a produção.

Cabe salientar ainda as questões pontuais voltadas a situações inovadoras que repercutem na sociedade como um todo, principalmente em relação a “oferta excessiva de produtos processados aliados à falta de tempo leva as pessoas a optarem pelo

alimento de maior conveniência, como os industrializados” (DAVID *et al*, 2005, p. 135).

Neste contexto, a reflexão e a análise das atividades precisam considerar as relações de mudança no consumo alimentar e na qualidade dos alimentos ingeridos. No núcleo produtivo, além de reflexões acerca da análise de custo e benefício da produção agrícola, cabe comparar as benéfices relativas à diversidade e à disponibilidade de maior contingente de produtos naturais dispostos para o consumo na mesa dos indivíduos. Isso contribui sobremaneira com a família e a reprodução familiar, além de não reduzir a importância dos valores obtidos na comercialização de produtos oriundos das plantações e/ou pecuária praticada pelo(s) ator(es) social(is) envolvido(s) no processo produtivo da Agricultura Urbana.

A AGRICULTURA URBANA EM PORTO ALEGRE

As práticas de Agricultura Urbana abordadas em Porto Alegre diferenciam-se em relação às suas manifestações socioeconômicas. Em relação à empregabilidade, existe a oferta de ocupações nas atividades agropecuárias em 12,90% das produções, dos quais 9,68% empregam mais de um funcionário. Além disso, outros 12,90% utilizam mão-de-obra de parentes para a produção agrícola, sem a qual afirmam não ter condições de produzir nos atuais patamares.

Os investimentos particulares na atividade agrícola do município de Porto Alegre ficam a cargo da prioridade pela comercialização, uma vez que os produtores afirmaram focar primeiramente a renda. Conforme as entrevistas observou-se que 79,19% compreendem essa situação. Segundo o produtor 02 de Porto Alegre:

Na minha área produzimos no limite do espaço. Estamos sempre procurando aprimorar a produção dentro do possível, mas é claro que fica difícil diante das limitações que enfrentamos, mas vamos indo... lutando sempre né! [...] Dessa produção procuramos ver o quanto conseguimos tirar com o produto in natura, principalmente aqueles que não conseguimos fazer nenhuma compota ou outro produto que vende a um preço maior. Depois disso aí consumimos o restante e dá bem pra toda a família... Até pros enteados.

Neste sentido, o enfoque da Agricultura Urbana apresenta relações com a localização e os mercados existentes no Município, sendo no caso porto-alegrense uma atividade que envolve a busca por benefícios financeiros e paralelamente (na maioria dos casos) a produção alimentar para os envolvidos. Também se identificou situações de benefícios ambientais e paisagísticos, mas como item de menor preocupação das propriedades, principalmente naquelas de maior escala produtiva.

A questão dos custos voltados a práticas ambientais e/ou paisagísticas fica a cargo do poder público, como nos casos de parques e das áreas verdes da cidade. Outras possibilidades nesse sentido voltadas aos aspectos ambientais e paisagísticos são os condomínios fechados. Ainda que ambas as práticas tragam consigo benefícios sociais, é importante visualizar as especializações que se fazem presentes nessas relações, pois quanto maior a busca em termos produtivos e/ou quantitativos, maior será a ampliação produtiva, o emprego de mão de obra e a sua consequente vinculação ao mercado.

O tamanho da propriedade e necessidade econômica do produtor são aspectos centrais que elevam custos e ocupações do espaço. Olvidando os benefícios econômicos do autoconsumo, a produção voltada ao abastecimento do mercado exige maiores gastos e maior padrão de especialização, fato que acaba comprometendo em parte as diversificações da produção agrícola. A maior parcela dessas produções é

comercializada em feiras no centro da cidade ou junto ao CEASA (Centrais de Abastecimento) da capital gaúcha.

Os produtos comercializados na CEASA ainda que não garantam maiores retornos financeiros por produto, possuem um mercado consumidor garantido, com rápida comercialização da produção e baixos custos de escoamento dos produtos. Isso traz vantagens uma vez que não compromete a perecibilidade dos alimentos e garante a manutenção dos ativos agrícolas sem a necessidade de endividamentos com insumos. Outro aspecto que vale a pena salientar se dá nas práticas do escambo ao final do dia, o que evita perdas e auxilia mutuamente a todos os comerciantes da Central de Abastecimento de Porto Alegre.

A autonomia em relação às práticas e decisões é evidente na capital gaúcha, sobretudo quando organizados em associações (Caminhos Rurais). Essa associação serve de “braço” para a multifuncionalidade, que criou um espaço institucional de valorização da ambiência rural bem como a articulação local para recepção de visitantes via turismo rural. Destaca-se que a mesma possui representatividade ao se contrapor às iniciativas de especulação imobiliária e expansão do núcleo urbano, o que é facilitado ao se conceber a população Municipal como 100% urbana.

Os produtores associados aos Caminhos Rurais expõem uma gama de opções de Turismo Rural, com potenciais diversificados, com produções não convencionais. Dessa forma, fica evidente o potencial de ações que auxiliam a renda e a comercialização da produção nas próprias áreas de cultivo. Porém, existem dificuldades observadas no que tange a agendamentos e organização.

Observa-se nas áreas visitadas primeiramente a importância produtiva para a alimentação dos agricultores nas propriedades menores e a tendência a uma visualização mais comercial quando em propriedades maiores. Contudo, em ambos os casos se identificou desestímulo por parte dos produtores agrícolas urbanos em relação a sua atividade, mesmo que seja a única fonte de renda e que proporciona a sua sobrevivência e a reprodução social da sua família.

Diante dessa realidade as produções estão basicamente voltadas para atender a maior demanda dos mercados locais, mostrando algum grau de especialização. Observou-se a abdicação de cultivos tradicionais, como espécies frutíferas e temperos, que eram plantados anteriormente. A diferenciação se dá nos casos das hortas, pois os cultivos de algumas verduras aparecem com elevados percentuais na produção.

Os produtos que apresentaram maior presença nas produções foram às verduras, conforme salientado anteriormente, onde se destacaram a alface e a rúcula com quase 1/3 de presença entre os produtores indagados, logo seguida pela couve-flor com quase 1/5 dos cultivares. A produção animal (calcada principalmente na avicultura) aparece com quase 1/4 dos retornos. Os percentuais finais foram os seguintes: Alface (29%), Rúcula (29%), Produção Animal (25,8%) e Couve-Flor (19,35%).

Um aspecto marcante no espaço produtivo enfocado diz respeito à presença da agroindústria enquanto ferramenta potencializadora dos retornos econômicos. As práticas agroindustriais observadas podem ser classificadas como “agroindustrialização artesanal” que conforme Pellegrini e Gazolla (2008, p. 59):

A [...] prática de agroindustrialização artesanal, realizada pelos agricultores, em tempos de supremacia do processo industrial, está diretamente relacionada à cultura de subsistência [...] e encontra nesta um suporte para sua manutenção. Mesmo com todas as transformações ocasionadas pelo modo de produção capitalista, esta prática persiste hoje, fazendo parte da vida dos agricultores familiares contemporâneos, constituindo-se numa estratégia

para a manutenção da agricultura familiar e possibilidade de geração de renda.

Existem ainda uma série de outros fatores que podem ser inseridos no bojo de fatores que valorizam a prática, bem como centralizam na mesma potenciais de geração de renda e reprodução social, por vezes gerando empregos. Os principais aspectos que merecem atenção em relação à agroindustrialização são a agregação de valor e a possibilidade de evitar desperdícios oriundos da perda de produtos em virtude da perecibilidade dos produtos. Esses aspectos conferem maior autonomia na gestão da produção, tanto em relação aos aspectos quantitativos (via possibilidade de estocagem) como qualitativos, já que conferem maior valor ao produto, mesmo nas pequenas unidades visitadas. Na presente pesquisa observou-se que 42% dos produtores estão vinculados a alguma prática agroindustrial. Todas citaram a elaboração de compotas como atividade.

Apesar dos aspectos positivos destacados que conferem autonomia e retornos crescentes via elevação de preços, a ampliação do potencial e da quantidade comercializada, conservação e ampliação de escala produtiva, curiosamente apenas em dois casos (6,7%) os atores envolvidos com agroindústrias afirmaram que seus filhos deverão permanecer na atividade. Outro aspecto a ressaltar diante da relação da permanência dos filhos é que apenas 61,3% dos entrevistados com filhos (já que os entrevistados com filhos totalizaram 77,4% da amostragem, onde os demais 22,6% não têm filhos) informaram que os mesmos já não se encontram mais na produção/propriedade, ou então, que pretendem tão logo tenham condições financeiras, abandonar a atividade que exercem. Alguns poucos, ainda cogitam permanecer na localidade, mas apenas como moradia caso não haja condições econômicas de se estabelecerem em outro local. Diante dessa realidade a expectativa inicial seria a existência de contratações de mão de obra externa ao núcleo familiar. Porém, a mesma não foi verificada em nenhum caso vinculado às agroindústrias, fato que atenua essas atividades como artesanais, essencialmente atreladas aos atores produtivos e põem em xeque a continuidade da mesma, ainda que de forma restrita a um futuro próximo.

A articulação dos indivíduos do núcleo familiar na produção agrícola se mostrou bastante importante, porém, a identificação de ocupações externas em Porto Alegre (principalmente no comércio) se manifestou na maior parcela dos núcleos produtivos, de forma que praticamente todos os produtores estão em algum grau envolvidos com o setor secundário do município.

Outra oportunidade latente na comercialização dos produtores porto-alegrenses aponta para a certificação de produtos orgânicos, onde a relação de confiabilidade do produto atribui valor ao processo produtivo e possibilita mercados que abrangem, desde a informalidade (principalmente na propriedade) até mercados de nicho que se dão habitualmente em feiras. Imerso nesse processo se encontra a valorização do consumidor, este que, sobretudo em finais de semana busca tais produtos nas feiras. Essa questão se molda transversalmente à informação que é levada de consumidor para consumidor, onde se valorizam conhecimentos tácitos junto a hábitos através dos diferenciais oferecidos por esse produto.

Afora os aspectos qualitativos das produções, os níveis quantitativos atuais de produção não conseguem atender a totalidade demandada pelo mercado consumidor desses produtos. Porém, tal realidade vem ao encontro das prioridades do Município que vislumbra para esses espaços produtivos uma ampliação imobiliária, já que a demanda por moradia na capital tem aumentado ano a ano, ficando assim, eminente uma relação de “disputa” entre cultivos e habitações.

Em relação às práticas, observa-se quase inexistência de maquinários. Com exceções a cargo da atividade avícola, onde alguns produtores utilizam maior volume de tecnologia em seus criadouros. Já os demais preservam um caráter mais tradicional, o que para a grande maioria dos produtores (90,3% dos entrevistados) que vivem de suas rendas agrícolas representa um problema técnico, pois limita a escala de produção e, sobretudo em produções menos diversificadas, a elevação da rentabilidade fica a cargo exclusivamente da maior qualidade do produto oferecido ao consumidor.

Em relação ao contexto geral dos produtores, os cultivos são bastante diferenciados, podendo-se destacar os hortigranjeiros divididos entre produtores orgânicos e convencionais; e, produção animal e pequenos produtores voltados à elaboração de produtos para consumo próprio. Em todas essas produções o autoconsumo é a prática mais presente entre os produtores, já que se apresenta em 83,8% das unidades produtivas visitadas em contraposição a apenas 16,2% dos casos voltados unicamente à renda. Destacou-se, a baixa produção de frutas em contraposição à produção de verduras que além de ser cultivada em esmagadora parcela dos produtores 80,6% (ausente apenas entre os produtores que são apenas pecuaristas, ou 19,4%) é não apenas produto para autoconsumo, mas produto comercializável e não raro principal fonte de retornos econômicos.

Essa realidade diferenciada se dá em virtude de algumas questões. No caso dos hortigranjeiros temos primeiramente a questão do transporte, que no caso porto-alegrense é mais acessível e rápido para hortigranjeiros. A segunda questão, não menos relevante diz respeito à temperatura, pois ainda que Porto Alegre tenha alguns meses de altas temperaturas, a mesma não ocorre ao longo do ano. O terceiro fator consiste nas próprias estruturas das propriedades, onde as estufas se fazem presentes em grande parte das produções.

Neste contexto, a compreensão da totalidade do âmbito produtivo repercute a reflexão do espaço absoluto em que os produtores se encontram situados. Acerca dessas relações a forma, função, estrutura e processo denotam categorias que Santos (2007) apresenta da seguinte forma:

[...] O conceito de totalidade constitui a base para a interpretação de todos os objetos e forças [...] O estudo da totalidade conduz a uma escolha de categorias analíticas que devem refletir o movimento real da totalidade. Devemos levar em consideração, além das categorias *tempo* e *escala* que funcionam externamente, as categorias internas *estrutura*, *função* e *forma*. A noção de processo permeia todas estas categorias. O processo, entretanto nada mais é do que um vetor evanescente cuja vida é efêmera; é um breve momento, a fração de tempo necessária à realização da estrutura, que deve ser geografizada, ou melhor, especializada através de uma função, isto é, *através* de uma atividade mais ou menos duradoura e pela sua indispensável união a uma forma. A forma geralmente sobrevive à sua função específica [...] Não há nem estrutura nem função sem forma. Toda forma tem uma função que tanto pode cooperar com a estrutura como contradizê-la. Trata-se aqui de uma forma com um conteúdo, de uma *forma-conteúdo* [...] (SANTOS, 2007, p. 199).

Assim, as funções desenvolvidas por esses espaços de Porto Alegre permeiam funções coexistentes de abrigo urbanístico e espaços díspares desempenhando papéis agrícolas, que mesmo com benefícios em virtude da localização em relação aos mercados, parecem estar ameaçados diante das novas formas-conteúdo que avançam nas formas reestruturadas. Esse avanço se dá via processos contemporâneos, que não parecem estar cessando recentemente, pelo contrário, convergem para movimentos centrífugos de ampliação do espaço urbano.

CONCLUSÕES

Os resultados encontrados em Porto Alegre demonstram problemáticas no tocante à delimitação do espaço urbano e o rural, uma vez que a ampliação física da escala política local delimitou a quase totalidade do território como espaço urbano e assim, muitos espaços claramente rurais são classificados como espaços urbanos. Existem diferenciações em função do tamanho das propriedades e suas localizações. Contudo, os aspectos mais marcantes que impactam a produção local foram basicamente os mercados e a especulação imobiliária que afetam a todas as áreas quase indiscriminadamente. Por fim, concluiu-se que a atividade possui relevância no contexto municipal, mas enfrenta dificuldades oriundas da disputa pelo espaço que pode acabar levando produções à extinção ou então ao deslocamento para outras áreas, sobretudo a municípios próximos, situados na região metropolitana de Porto Alegre.

311

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**. Um manual de metodologia. Brasília: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, 1989.
- AQUINO, M. C.; ASSIS. Análise e diagnóstico de parques urbanos em Maringá (PR). **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. X, n. 1, p. 137-150, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09.pdf>>. Acesso em: 17 de fev. de 2012.
- ARRUDA, J. **Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias**. 197 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- BONI, S. J.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis, v.2 n.1 (3), janeiro-julho/2005. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2011.
- DAVID, A. A. et al. Informação nutricional de alimentos e segurança alimentar. In: CASARIL, K. B. P. B.; PLEIN C. (Orgs). **Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar**. Francisco Beltrão: Ed. da Unioeste, 2005. p. 135 – 146
- FAO. Selecte issues: urbana agriculture: na oxymoron? In: **The state of food and agriculture**. Food Security: some macroeconomic dimensions. Rome: FAO, 1996.
- GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **O inquérito**. Teoria e prática. 3. ed. Oeiras: Celta, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 17 de out. de 2011.
- IZQUIERDO, J.; GRANADOS, S. Agricultura urbana y periurbana como alternativa para mejorar la calidad de vida de las familias vulnerables: respuesta al alza de los precios de los alimentos. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **Políticas de reemplazo de importaciones agrícolas**. Santiago: FAO, 2009.
- LOEBENS, B. J. **Economia agrícola familiar e a centralização do capital**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- MADALENO, I. R. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

- PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agricultura familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen: Ed. da URI, 2008.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROESE, A. D. Agricultura Urbana. **Rural Centro**. Brasília: EMBRAPA, s/d. Disponível em: <<http://www.ruralcentro.com.br/Sistema/Noticias.aspx?ID=5895>>. Acesso em 10 jun. 2009.
- SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e suas diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas brasileiras**. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS; Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO; Secretaria de Segurança Alimentar-SESAN, jun. 2007. Não paginado. Disponível em: <www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100>. Acesso em: 15 de nov. 2011.
- SANTOS, M. **Economia espacial**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. **Urban Agriculture**. Food, jobs and sustainable cities. New York: UNDP, 1996.
- VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.